



FUNDÃO

Câmara desdramatiza dívida de 30 milhões

A SITUAÇÃO das contas das autarquias identificada no Anuário Financeiro de 2006, que a Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas apresentou ontem, apontando para a falta de dinheiro para pagamento de dívidas, é desdramatizada pelo presidente da Câmara do Fundão.

Para Manuel Frexes, no distrito de Castelo Branco, o indicador dá uma "visão distorcida" da realidade. "Não faz sentido relacionar dívidas de grandes investimentos para o futu-

ro com receitas de um único ano", disse o autarca, cujo município surge em terceiro lugar na lista dos mais aflitos.

"Não há aflição nenhuma", garantiu, acrescentando que "era o mesmo que relacionar o valor de uma casa com aquilo que uma família ganha num ano. Estava tudo falido".

"Aliás, se o indicador fosse de 2007, já tinha que obedecer a outras regras da contabilidade autárquica", disse Manuel Frexes. "Ou seja, os números seriam outros, mas a

realidade seria a mesma: a nossa situação é tranquila", sublinhou.

"Só temo o efeito que estas notícias, que analisam coisas complexas de um único ponto de vista, possam ter na nossa credibilidade junto das instituições financeiras", lamentou, ao mesmo tempo que admitiu que a Câmara do Fundão pode ser prejudicada na comparação com contas de outros municípios, "por não disfarçar a dívida, vendendo património ou com outras ope-

rações financeiras".

"Quando falamos de 30 milhões de dívidas a fornecedores, falamos de tudo. Não há dívidas noutras rubricas", assegurou.

"Os nossos fornecedores recebem a 150 dias", através de um contrato de "factoring", disse Manuel Frexes, considerando aquele prazo "aceitável". O pagamento dessa intermediação financeira está escalonado "a 10 e 12 anos", com amortizações de capital anuais "de três a quatro milhões".